



As comunidades de compartilhamento social no Centro de Mídia Independente¹

Prof. Adilson Cabral² - Universidade Federal Fluminense – UFF

Resumo

Este artigo consiste no resumo da tese defendida pelo autor em abril de 2005. Analisa as comunidades de compartilhamento social a partir da utilização da Internet por parte do Centro de Mídia Independente (CMI) - uma organização sem fins lucrativos com coletivos de ativistas em vários países, inclusive o Brasil, que revitalizam os princípios de luta pela democratização dos meios de comunicação e da afirmação de uma mídia independente. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com base no levantamento bibliográfico e documental, bem como na pesquisa participante e de entrevistas com integrantes de diversos coletivos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Ressalta a importância da Internet para a consolidação das atividades do CMI como prática comunicacional horizontalizada e como espaço de compartilhamento social e político.

Palavras-chave: 1. Comunidades de compartilhamento social. 2. Apropriação social das TICs. 3. Centro de Mídia Independente. 4. Democratização da Comunicação. 5. Políticas de Comunicação.

*A resistência é global ...
uma colaboração trans-pacífica foi trazida à existência por este website.
A web altera dramaticamente a comunicação entre várias nações e ativistas de mídia.
Com um pouco de código e alguns equipamentos baratos,
configuramos um site automatizado que rivaliza com as corporações.
Prepare-se para ser levado pelos ativistas de mídia aos porões de Seattle
e ao redor do mundo, dizendo a real história da Organização Mundial do Comércio.
(Matthew Arnison, Seattle IMC, "Welcome to Indymedia"³).*

INTRODUÇÃO

Este trabalho focaliza e descreve as ações de um determinado ator social, ativista na Rede e a partir dela, o Centro de Mídia Independente (CMI), que se caracteriza por um determinado propósito - ao mesmo tempo social, político e comunicacional - na utilização dos diversos recursos e serviços disponibilizados na Rede, através da Web - listas, chats e sites de publicação aberta - para formar o que são definidas aqui como comunidades de compartilhamento social. Fundamenta-se numa pesquisa bibliográfica e documental, além de uma pesquisa participante que inclui o acompanhamento de listas de discussão (CMI-Brasil e CMI-Rio de Janeiro), a análise de reuniões pelo chat, a participação em reuniões presenciais e a leitura de suas atas, além da análise de notícias publicadas no período da pesquisa, de outubro de 2002 a fevereiro de 2003.

¹ Trabalho apresentado ao NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicações, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Publicitário, pesquisador e professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense-UFF. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo-UMESP. Coordenador do Informativo Eletrônico "Sete Pontos" - <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos> e do EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência.

³ Primeira mensagem publicada no site <http://www.indymedia.org/>



HISTÓRICO

O Centro de Mídia Independente (CMI) é uma organização que se articula de modo global, regional, nacional e local através de ações na Internet (a partir dos recursos disponíveis de sites, listas de discussão e chats) - e a partir da Internet (atividades, eventos e cobertura de notícias). A partir dos sites <http://www.midiaindependente.org/> - da Rede CMI-Brasil e <http://www.indymedia.org/>, site global do Centro de Mídia Independente (em inglês), são desenvolvidos também uma série de outros sites temáticos e de locais de discussão interna.

Criado em 1999 por ocasião da cobertura da 3ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em decorrência do grupo de comunicação que gerou um site formado por jornalistas independentes que recebia e armazenava conteúdos de diversos formatos e temas sobre os protestos realizados durante o Encontro, o CMI passa a ser uma articulação de pessoas e grupos de alcance mundial, que exercem continuamente essa forma de produzir e compartilhar a mídia entre os usuários de seus canais de contato.

Inspirados pelo lema “Odeia a mídia? Seja mídia!”, de Jello Biafra, ex-vocalista da banda Dead Kennedys, existem mais de 200 Centros de Mídia Independente em todo o mundo, na medida da expansão dos ditos protestos antiglobalização, em geral realizados paralelamente às reuniões de líderes de governo e de organizações multilaterais, tais como a ONU e a OMC. Surgindo por um protesto realizado em setembro de 2000, o CMI do Brasil colocou seu site no ar em dezembro do mesmo ano e atualmente conta com 11 coletivos locais e mais de 10 coletivos em formação. A participação é aberta e a organização é descentralizada, cabendo aos coletivos se comprometerem apenas com os Princípios Globais e da Rede CMI, com os Critérios de Filiação e a Política Editorial que o CMI estabelece aos seus integrantes.

Os coletivos locais do CMI formam a Rede CMI-Brasil, “uma rede internacional de produtores independentes de mídia, preocupados e comprometidos com a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”. Do ponto de vista da tecnologia implementada, sua proposta é oferecer uma publicação aberta, onde qualquer usuário com acesso à Rede publica e compartilha informações em qualquer formato disponível (texto, imagem, áudio ou vídeo), gratuitamente e livre de direitos autorais.

A pesquisa retrata as comunidades na Internet como ambiente comunicacional no tocante ao CMI e em especial membros do coletivo do Rio de Janeiro do CMI e de outros do Brasil e do exterior, de outubro de 2002 a fevereiro de 2003, da preparação para o 3º Fórum Social Mundial - em janeiro de 2003, em Porto Alegre - até a posterior avaliação da participação do CMI no evento, contribuindo para apreender as relações sociais no contexto desta organização e suas implicações quanto à problemática levantada e que se tenta responder.



O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE

O CMI se constitui numa "rede descentralizada de coletivos autônomos cujos recursos compartilhados permitem a criação de uma infra-estrutura social e digital independente de Estado e forças de mercado" (INTRODUÇÃO ..., 2004). Dessa forma, se constituem por indivíduos atuantes em coletivos nacionais, locais ou temáticos, desenvolvendo práticas de mídia independente, que propõem a democratização da comunicação. Estas práticas consistem na renovação das iniciativas de comunicação por parte dos movimentos sociais desde a década de 70 do século passado a partir da apropriação social das tecnologias de informação e comunicação (TICs) contemporâneas.

A porta de acesso à atuação do CMI se dá através da Internet, através dos sites mantidos pelos coletivos dos cinco continentes, que apresentam também uma listagem completa dos outros sites de cada coletivo nas páginas iniciais, permitindo ao usuário o acesso ao conjunto da Rede. Os sites são apresentados a partir da divisão em projetos, que inclui sites sobre impressos, rádio, tv por satélite e vídeo, desenvolvidos coletivamente em âmbito mundial e um site temático sobre a Oceania; continentes, regiões ou países⁴; conexões para sites relacionados a tópicos sobre o funcionamento da rede do CMI⁵.

Esses sites, no entanto, não se bastam para ter clareza do total de coletivos existentes, pois são fruto de dinâmicas diferentes que não se explicitam no site da rede global. Segundo dados da professora e ativista americana Dee Dee Halleck (2004), 3,2 *terabytes* de informações mensais circulam em média pelos servidores globais do CMI, proporcionando 18 milhões de acessos mensais. Como a idéia de mensurar a quantidade de coletivos do CMI em todo o mundo depende de uma dinâmica relacionada com o cotidiano de cada local, não se tem idéia da quantidade de coletivos existentes ao todo, muito menos de pessoas envolvidas neles, mas estima-se que, com pouco menos de cinco anos de criação, tornou-se a maior rede de ativistas de mídia e a maior organização voluntária de todo o planeta.

Os sites ou listas de discussão podem servir como indicadores, mas nem todos os coletivos formados e acolhidos pela rede global necessariamente dispõem de listas de discussão ou sites próprios já integrados ao restante dos coletivos. É possível entender os 143 sites

⁴ África, com conexões para 5 coletivos; Canadá, com 12 conexões; Ásia Oriental, com 3 conexões (sendo que um no Japão e dois nas Filipinas); Europa, com 40 conexões (de coletivos ligados a países ou cidades); América Latina, com 15 conexões para países ou cidades; Oceania, com 10 conexões; Sul da Ásia, com 2 conexões; Estados Unidos com 53 conexões de coletivos de estados ou cidades; 3 da Ásia Ocidental e o recém-criado CMI-biotecnologia

⁵ temas gerais em discussão, temas legais ou relacionados ao Federal Bureau of Investigation (FBI); perguntas freqüentemente formuladas (da sigla FAQ, *frequently asked questions*) sobre o CMI, com suas respectivas respostas; listas, documentos, questões técnicas e para voluntários.



divulgados ou as 247 listas de discussão⁶ associadas à dinâmica dos coletivos de cada local como uma evidência da formação desses coletivos (não de sua plena atuação), mas não como garantia de que são somente esses os que formam a Rede CMI Global.

Além disso, o CMI conta com uma extensa rede de voluntários ou colaboradores, que atuam em áreas como tradução ou desenvolvimento de matérias para editoriais publicados no site, articulam contatos diversos ou dão dicas técnicas para a manutenção da rede. Esse envolvimento praticamente inviabiliza a possibilidade de mensurar a participação das pessoas no contexto das ações que o CMI implementa.

Para formar um coletivo integrante do CMI, os grupos interessados precisam reconhecer os Princípios de União da Rede CMI Global e os Critérios de Filiação da Rede Global e, no âmbito da Rede CMI-Brasil, os Princípios de União e da Política Editorial específicos. Esses quatro documentos são necessários para a integração à rede como um todo e também para a preservação de sua identidade. No Brasil, o conjunto dos coletivos da Rede CMI-Brasil mantém um único site - o <http://www.midiaindependente.org>. Embora os coletivos locais contem com páginas fixas na Web, a possibilidade da criação e manutenção de sites próprios já foi colocada em discussões de listas e reuniões de coletivos em cada cidade, mas não foi levada adiante com mais ênfase, pois a demanda de tempo e conhecimento necessária à manutenção de mais outro site ameaçaria a qualidade das iniciativas já em desenvolvimento.

PRESERVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS

Várias questões são colocadas a partir desses documentos consensualmente firmados, que serão analisadas, no âmbito do período proposto neste trabalho (outubro de 2002 a fevereiro de 2003), a partir de sua dinâmica nas listas da Rede CMI Brasil e do coletivo do CMI-Rio de Janeiro. Algumas delas são destacadas, partindo também da análise de documentos disponibilizados pelo CMI, visando descrever o processo de mobilização dos voluntários do coletivo do Rio de Janeiro e sua interlocução com integrantes de outros coletivos no Brasil e as questões também colocadas na Rede CMI Global.

São baseadas também no desenrolar de mensagens nas listas de discussão do CMI-Brasil e CMI-Rio de Janeiro, no relato das reuniões do coletivo do CMI do Rio de Janeiro no período de outubro de 2002 a fevereiro de 2003 e nas reuniões da Rede CMI-Brasil ocorridas durante o 3º Fórum Social Mundial.

⁶ Disponível em <http://lists.indymedia.org/>. Acesso em 09/10/2004. A distribuição por países/regiões se dá da seguinte forma: África - 10 listas, Ásia - 15 listas, Canadá - 15 listas, Caribe - 1 lista, América Central - 4 listas, Europa - 84 listas, México - 3 listas, Oriente Médio - 7 listas, Oceania - 10 listas, América Latina - 36 listas e Estados Unidos - 62 listas.



- consenso no processo decisório: a inspiração para o entendimento dos coletivos do CMI tem sua referência num livro intitulado *"On Conflict and Consensus: a Handbook on Formal Consensus Decisionmaking"*⁷, de C.T. Butler e Amy Rothstein, ativistas do coletivo Food not Bombs⁸. Nesta publicação são apresentadas as vantagens do consenso formal, o processo decisório em si, a relação entre conflito e consenso, procedimentos para avaliação e as contribuições e técnicas para sua melhor obtenção.

Reforçar o consenso no processo decisório diz respeito a uma necessidade determinante da manutenção da Rede CMI e em vários momentos esse debate aflora nas listas. Um texto feito por uma colaboradora do CMI de Seattle, traduzido por um integrante do coletivo de BH, salienta algumas questões importantes a respeito de como o consenso pode ser tratado nos coletivos (PARTICIPAÇÃO..., 2002): a participação dos novos membros nas listas dos coletivos, alertando sobre a necessidade de observar antes de se posicionar; de se posicionar quando necessário, dosando a coragem de propor e a humildade de ouvir e entender o processo decisório; de bloquear uma decisão quando de uma experiência suficiente dentro do grupo e, por fim, a contribuição que os integrantes de um determinado coletivo podem oferecer: "suas observações podem iluminar novas possibilidades e criar novas formas de se enxergar a questão. Isso pode ser extraordinariamente poderoso quando utilizado de forma respeitosa e construtiva".

- voluntariado x remuneração: o envolvimento dos integrantes do CMI nos coletivos locais, bem como dos coletivos locais e da Rede CMI-Brasil na Rede Global se dá através de relações voluntárias. Ou seja, de acordo com os princípios do CMI, tais instâncias não devem ter fins lucrativos, nem mesmo tomar parte em empreendimentos comerciais ou visando o lucro, sendo a Rede CMI comprometida com a descomercialização da informação. O CMI-Brasil chega a enfatizar a necessidade do "combate a mercantilização da informação e do conhecimento", dada a intensidade de se afirmar a luta anti-capitalista pela contraposição ao envolvimento de pagamento por atividade, comunicacional ou técnica, relacionada à manutenção de sua proposta.

Embora firmemente contrário à lógica da transformação de pessoas ou informações em mercadoria, o CMI necessita viabilizar financeiramente suas atividades. Para isso, conta com uma série de apoios que podem vir através de doações individuais ou de organizações (que, mesmo sendo anônimas ou desconhecidas, não podem vincular sua marca ao projeto);

⁷ Em português: "Sobre conflito e consenso: um manual sobre o processo de decisão pelo consenso formal". Disponível online em <http://www.consensus.net/>. Acesso em 23/10/2004.

⁸ Em português, "Comida, não armas". Um coletivo de manifestantes que distribui alimentação vegetariana para refugiados ou vítimas da violência e da guerra.



outra fonte - possível, mas pouco aproveitada - de renda é a venda de fotos ou vídeos publicados no site, produzidos a partir de atividades dos coletivos e utilizando materiais destes (neste caso, uma porcentagem do valor correspondente também fica com quem se responsabilizou pelo material) e, por fim, também são elaborados e vendidos diversos materiais, tais como camisetas, CDs etc, que são produzidos e distribuídos a partir de mecanismos autogestionários, preservando a qualidade das relações na Rede.

Copyleft x propriedade intelectual: a contraposição à propriedade intelectual é um assunto-chave na atuação política e na prática comunicacional do CMI e, no entanto, não se discute nas listas e *chats* da Rede CMI-Brasil com frequência. Talvez por se tratar de um assunto de amplo consenso na Rede, que define e identifica os integrantes dos coletivos, a temática do *copyleft* passe despercebida em sua importância.

Logo na seção Publique!⁹ encontra-se um texto explicativo sobre o propósito do site, alertando que, em geral, ao publicar matérias, artigos ou notícias no site do CMI, "abrem mão de alguns dos seus direitos de autor por meio de uma licença de *COPYLEFT* [grifo do texto]", relacionada com a autorização para a reprodução não comercial dos conteúdos e a possibilidade de ter o texto citado em outra publicação, desde que citada a fonte autoral. No caso de reprodução comercial, é necessária uma solicitação prévia do autor.

Dessa forma, o conteúdo publicado no site, que está protegido por esta licença, fica disponível para que toda a Rede - compreendendo aqui os integrantes dos coletivos, os que publicam no site ou apenas o utilizam - possa compartilhar conteúdos, encaminhá-los a outras listas e utilizá-los desde que citando a fonte.

- publicação aberta x censura: a expectativa em relação a um veículo que se apresenta como promotor de um processo de comunicação plural, horizontal e participativo, fazendo de usuários, produtores de conteúdo e que, além disso, se assume como mídia independente, é que nele se possa encontrar tantas informações quanto as que foram publicadas. A possibilidade de ver cortado um texto qualquer implica num sentimento de que se reproduz a mesma lógica proprietária presente na mídia corporativa.

A necessidade de encontrar um bom termo entre a participação democrática e a preservação de articulações das mais diversas, que usam o site para trocar informações, comentários ou pontos de vista, fez com que os coletivos elaborassem e discutissem uma série de encaminhamentos que restringem o caráter de abertura da publicação:

⁹ Página pela qual os usuários podem publicar qualquer tipo de conteúdo no site. Disponível em <http://prod.brasil.indymedia.org/daileon/servlet/OpenMir?do=opensession&sessiontype=article&language=pt&colorscheme=red>. Acesso em 24/10/2004.



Artigos escondidos: os artigos publicados na coluna da direita, contrários à política editorial, precisam ser escondidos pelos voluntários do coletivo editorial com um comentário explicativo, indicando o item que motivou o desacordo;

Lixo fechado: no caso de publicação de textos que contenham difamações pessoais graves, contendo fotos e/ou endereços pessoais ou mesmo ameaças de processo que não tenha relação direta com as atividades do CMI, as matérias são eliminadas da coluna da direita e não ficam disponíveis no site;

Abordagem propositiva da Política Editorial: visa explicitar o que se pode publicar no site e qual o espírito desta publicação aberta, diretamente relacionado ao próprio CMI como organização social e política;

Divisão do site em seções: como são publicados vários textos que bem poderiam ser colocados em outros espaços que não os da coluna da direita, estão sendo processadas pelos coletivos algumas propostas de divisão de seções permanentes ou temporárias por tema.

- ação direta x ação institucionalizada

Presente nos princípios estabelecidos pelo CMI e contribuindo para gerar identidade junto aos próprios coletivos, a ação direta como característica de atuação dos movimentos e organizações - que consiste no envolvimento direto a partir de ações em detrimento de uma reflexão mais acurada, mas por muitas vezes burocratizada - é um tema não menos importante para sua melhor compreensão.

O CMI se distingue dos movimentos sociais característicos dos anos 80 e do início dos anos 90 do século XX, justamente pela capacidade de retomar questões diversas, se apropriando de uma mídia que consegue articulá-los e potencializar o alcance dessas questões. Dorothy Kidd (2003, p. 1-2) mostra como a força da rede global do CMI, além do domínio das tecnologias, consistia justamente num experimento em termos de democracia dos meios, no qual “tripulações locais operando autônoma e cooperativamente, criaram salas comunitárias de redação “verdadeiras” com “colaboradores [contrapartes] virtuais *online*” com espaços para organizar a produção de meios participativos e sua circulação”.

PROJETOS PARA ALÉM DA INTERNET

Apesar do mecanismo de publicação aberta disponibilizado no site ser o espaço de maior participação do CMI, outras iniciativas implementadas também mobilizam várias pessoas em todo o mundo¹⁰:

¹⁰ Uma boa mostra delas pode ser vista a partir do site <http://docs.indymedia.org/view/Indydocs/PautasReuniaoNacional>



- o site <http://radio.indymedia.org/>, uma rede global de projetos de rádios livres e comunitárias independentes, também com rádios que não integram o CMI, mas se afinam com sua proposta.
- o projeto da Área de Rádios Livres das Américas¹¹ (ARLA) foi realizado paralelamente ao Encontro de Rádios Livres, de 20 a 22 de novembro de 2003 e possibilitou a transmissão conjunta de rádio pela Web como parte das mobilizações contra a ALCA.
- a página estática sobre vídeos do CMI, disponibilizada no site <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/video.shtml>, com diversos títulos produzidos no Brasil. Dentre eles, “Não começou em Seattle, não vai terminar em Quebec (A20)”, realizado pelo coletivo do Rio, sobre a manifestação contra a ALCA em 2000.
- produção de jornais relativamente periódicos, com pequena tiragem, pelos coletivos locais do CMI, como o Ação Direta de São Paulo, que são distribuídos para organizações sociais diversas, em determinadas localidades ou em eventos.
- um cibercafé numa ocupação urbana de São Paulo bastante usado por adultos, para obtenção de empregos, mas que chegou a proporcionar uma rádio livre a partir de uma oficina realizada com crianças de 8 a 12 anos, que participaram de todo o processo de produção.
- o Indymix consiste numa coletânea de programas de edição de texto e imagem, produção de áudio e vídeo, dentre outros aplicativos como planilha eletrônica, agenda, elaboração de projetos, que são executados a partir do sistema operacional Linux, bem como textos sobre consciência crítica e mídia independente.
- as iniciativas brasileiras do Laboratório Polimídia durante o próprio 3º Fórum Social Mundial, com participação de um número maior de pessoas do próprio CMI e outro durante o Fórum Social Brasileiro realizado em Belo Horizonte.
- manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 1999 na cidade de Seattle, que gerou a experiência de publicação aberta e descentralizada que hoje é o CMI; e contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, em setembro de 2000, possibilitou o nascimento do CMI no Brasil.

SER E FAZER A MÍDIA INDEPENDENTE

Alguns estudos mais recentes procuram situar o papel da comunicação implementada pelas organizações e grupos populares em seu contexto atual, enfocando tanto as iniciativas de comunicação comunitária e, do ponto de vista histórico, em relação ao papel da comunicação alternativa e popular no Brasil.

¹¹ Disponível em <http://ftaaimc.org/pt/>. Acesso em 01/11/2004.



Para Peruzzo (1998, p. 137), "há que se tomar a comunicação popular em seu entorno, onde, necessariamente, ela será captada não como uma ilha isolada, mas como algo que tem suas especificidades e se relaciona com a sociedade". Esses ingredientes qualificam o empenho das comunidades nas iniciativas de comunicação, podendo-se apreender desse processo que "quanto mais estreita for a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção, e proporcionalmente maiores serão sua representatividade e reconhecimento como veículo comunitário" (PAIVA, 1998, p. 155).

Se processos e produtos comunicacionais implementados nos anos 70 e 80 do século passado não contribuíram para formular contribuições autônomas e formar uma consciência crítica que permita a expressão de sua cidadania ativa, algo de muito significativo necessita ser resgatado, no qual novas políticas públicas de comunicação no âmbito dessas diversas comunidades têm uma contribuição muito importante a desempenhar.

O encontro de usuários e ativistas a partir do sistema de publicação aberta disponibilizado pelo CMI está mais voltado para a circulação de matérias sobre diversos assuntos e interesses, do que a afirmação de uma ideologia específica. No entanto, um dos ingredientes do corpus ideológico que os move é justamente a diversidade de concepções que coabitam este mesmo espaço, que tem na heterogeneidade uma de suas características fundantes.

Boa parte dos integrantes são estudantes universitários ligados a cursos de Comunicação Social, Ciências Sociais, Ciências da Computação (estes mais envolvidos nas atividades do coletivo técnico) e Design¹². Assemelham-se a grupos populares de apoio, mas não centros de assessoria tais como os de formação política que atuavam nos anos 70. Nesse sentido, a mídia independente reivindicada e afirmada pelo CMI não assume comprometimento popular, no sentido de necessariamente implicar no envolvimento das camadas populares no processo de produção. Nem mesmo afirma os mesmos pressupostos da comunicação alternativa, na medida de seu desprendimento em relação às correntes ideológicas tradicionais.

A organização da Rede CMI-Brasil se dá a partir de uma lista de discussão e, eventualmente, reuniões pelo *chat*, já os coletivos locais se reúnem periodicamente. O coletivo do Rio se reúne no Bar Arco-Íris, na Lapa, por ser mais acessível e de grande movimentação cultural¹³. No período analisado (ver Quadro 1), os dados sobre a movimentação de mensagens publicadas nas listas de discussão comprovam a ascensão e queda das mensagens em função do 3º FSM como mobilizador e articulador dos integrantes da Rede CMI-Brasil:

¹² Levantamento realizado junto às listas de discussão CMI-Brasil e CMI-Rio.

¹³ Atualmente estão sendo realizadas no IP – um espaço cultural e de produção midiática na Lapa.



Mensagens na lista CMI-Brasil			Mensagens na lista CMI-Rio de Janeiro		
Mês	Mensagens	Autores	Mês	Mensagens	Autores
out. 2002	99	39	out. 2002	92	21
nov. 2002	220	56	nov. 2002	84	35
dez. 2002	290	79	dez. 2002	135	31
jan. 2003	435	68	jan. 2003	181	28
fev. 2003	368	77	fev. 2003	176	36

Quadro 1: Mensagens publicadas nas listas de discussão do CMI-Brasil e CMI-Rio de Janeiro

Em relação às quatro reuniões realizadas pelo *chat*, nos dias 24 de novembro, 1º, 8 e 15 de dezembro de 2002, estiveram presentes representantes de uma média de sete coletivos, sendo que sempre presentes estavam São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador e Goiânia e alternando-se Curitiba, Vitória e Cuiabá. As doze reuniões presenciais do coletivo do CMI no Rio durante o período da pesquisa participante foram realizadas, no ano de 2002, nos dias 19 e 26 de outubro; 09 e 17 de novembro; 15 e 22 de dezembro. No ano de 2003 em 05, 12 e 19 de janeiro e 09, 16 e 23 de fevereiro.

Foram analisadas todas as mensagens das listas do CMI-Brasil e CMI-Rio de Janeiro durante outubro de 2002 a fevereiro de 2003, por serem de maior concentração de voluntários e visibilidade dos assuntos em debate¹⁴. Também foram acompanhados os encontros no *chat* do CMI - <http://irc.indymedia.org/> - realizados para preparar o 3º FSM e envolviam questões relacionadas à estrutura e atividades a serem desenvolvidas por lá.

NOTÍCIAS DE UMA MÍDIA QUE SE PRETENDE INDEPENDENTE

De outubro de 2002 a fevereiro de 2003 foram publicados 79 editoriais - notícias relacionadas a diversos temas, em geral relacionados a movimentos e atividades sociais, como o movimento estudantil, de rádios livres e comunitárias; manifestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e durante o Fórum Social Mundial (FSM), além de relatos de violência policial ou diversos desmandos do governo, escolhidos, desenvolvidos e publicados pelo coletivo editorial do CMI-Brasil. São localizados pelo *link* Notícias Antigas, na coluna central¹⁵, espaço do site no qual são veiculadas, sem periodicidade regular, pelos integrantes do Coletivo Editorial.

Evidenciam o conceito de independência com o qual trabalham, enfocando diferentes aspectos no fazer jornalístico, a saber: independência em relação à mídia corporativa, ou seja, notícias com visões contrapostas ao olhar da mídia, ou ainda, notícias fundamentadas

¹⁴ Atualmente estes arquivos são colocados em espaços seguros, disponíveis apenas aos assinantes da lista.

¹⁵ Disponíveis a partir dos links <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/feature/archive9.shtml>, <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/feature/archive10.shtml>, <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/feature/archive11.shtml>, <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/feature/archive12.shtml> e <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/feature/archive13.shtml>. Acesso em: 08/02/2005.



no que a mídia publicou; notícias relacionadas a atividades ou ações promovidas pelo CMI ou nas quais o CMI esteja presente ou apóie; notícias com abordagem jornalística diferenciada no tocante à construção do fato e à capacidade de ouvir os lados da notícia e, por fim, em relação às condições de produção, no tocante ao envolvimento das pessoas e levantamento das informações.

PARA ONDE VAI O CMI

Diversos estudos¹⁶ de maior envergadura realizados sobre o CMI até o momento evidenciam a importância do CMI não só como iniciativa de uma organização particular, mas como atuação política de intervenção social e utilização de dispositivos técnicos de modo paradigmático para as organizações sociais, dentre os quais se destacam os textos de Dorothy Kidd, DeeDee Halleck e John Downing, além de trabalhos de Uzelman e Shumway. Tais estudos já vêm representando, ao mesmo tempo, a necessidade de uma certa assistência aos interessados por parte dos membros dos coletivos, bem como de uma conduta por parte de seus integrantes que não exponha a própria Rede, no modo de como se baseia o princípio relacionado à proteção dos integrantes do CMI no caso de serem filmados ou fotografados.

O CMI se inspira a uma sociedade que se pretenda livre, igualitária, anti-capitalista, não hierárquica na linha do que vem sendo explicitado a partir de seus princípios de união e critérios de filiação. Mantém-se a despeito de intrigas internas entre participantes de seus próprios coletivos, que vão se acertando em termos de um envolvimento mais intenso nas atividades, assimilando os princípios da Rede. O contraponto com partidos, sindicatos e movimentos sociais institucionalizados, bem como com a mídia corporativa é determinante, dialogando com valores que remetem ao anarquismo, mas num contexto pós-ideológico ou ainda neo-anarquista, na linha dos escritos de John Downing.

Se consolida na perspectiva de afirmação do anti-poder, na forma do que apontou Holloway, articulando-se em torno de uma extensa rede de movimentos sociais autônomos, cuja perspectiva não é disputar o poder pela tomada direta do poder do Estado, mas consolidar forças contestatórias nas mais variadas áreas de atuação, que exercem na ação direta seu descontentamento com o sistema capitalista em geral e as corporações da mídia em particular. Trata-se de uma divergência de método em relação aos movimentos institucionalizados. Não se trata de assumir a posição de negociar com o setor governamental, mas forjar, pela ação direta, uma mudança natural da legislação pela apropriação e pelo uso dos meios por parte da

¹⁶ Disponíveis em <http://docs.indymedia.org/view/Local/ImcResearchReferences> e <http://docs.indymedia.org/view/Global/ImcEssayCollection>. Acesso em 30/10/2004.



população. Envolve muito mais a articulação em movimentos geradores de experiências concretas de comunicação do que no desenvolvimento de projetos de lei ou da participação em audiências públicas sem a mínima legitimidade, pois se propõe uma democratização da comunicação idealizada, que não tem ressonância na sociedade.

Construir tais relações é um desafio, pois vão contra a lógica de afirmação institucional, política, profissional e pessoal que faz da via legalista um caminho bem mais cômodo e frutífero para quem nela investe, mas é nessa construção que reside a semente da democracia que diz respeito a uma sociedade igualitária – contrária à lógica da mercadoria tal com afirmado nos documentos que constituem o CMI, bem como seus coletivos –, capaz de exercer efetivamente um governo de todos, para todos e por todos numa terra sem amos. O CMI-Brasil não conta com uma articulação que permita absorver manifestações de interesse em participar de suas atividades. Acolher novos voluntários demanda uma conscientização por parte dos já integrados, envolvendo a disposição em transmitir conhecimento com a iniciativa de promover as realizações do CMI em espaços públicos como universidades e organizações sociais. Aproveitar a dinâmica da rede para o desenvolvimento de atividades globais também pode inspirar possibilidades pouco aproveitadas por seus integrantes.

Porém, quando ser voluntário marca o envolvimento, não o ativismo, a prática não remete a um movimento social. No CMI existem princípios organizados em função de determinadas posições políticas - como o próprio voluntariado (relacionado à não-mercantilização das atividades realizadas), a decisão por consenso e a ação direta - voltados para uma melhor participação. Entretanto, pouco avançam no contexto do movimento pela democratização da comunicação, para citar um movimento social mais diretamente afinado, pois tudo se dilui na própria forma de conduta característica desses movimentos.

A articulação constante entre seus voluntários, através de coletivos locais e atividades, resulta na formação de comunidades de compartilhamento social, que se apropriam coletivamente da Internet visando a troca de arquivos de textos, imagens, áudios e vídeos dos mais variados tipos, relacionados a temáticas sociais e políticas, visando o desenvolvimento de uma experiência de comunicação baseada na formação de consciência crítica em relação aos temas abordados e atividades implementadas, afirmando a redefinição do compromisso de participação política para sedimentar as bases de articulações sociais, visando incorporar a preocupação com o desenvolvimento de conteúdos alternativos e independentes.

Nesse sentido, o site consiste numa experiência concreta de comunicação democrática, cuja participação é estimulada a partir de tutoriais disponibilizados em seus próprios arquivos internos e a partir de oficinas presenciais, contribuindo para a afirmação de uma mídia



plural, participativa, descentralizada e horizontalizada, que se afirma independente da produção e da circulação da mídia corporativa, mas ao mesmo tempo, se vale de textos publicados em veículos de grande circulação para sustentar argumentações em determinadas coberturas ou para contrapor as diferenças de qualidade na abordagem.

O sistema de publicação aberta, base para o funcionamento de sua engrenagem, permite a interação de diversas pessoas, grupos e organizações da sociedade civil, que podem publicar assuntos de seus interesses ou relacionados as suas ações, conhecer diversos assuntos no contexto das ações dos movimentos sociais ou pesquisar informações acessando o banco de dados de matérias ou editoriais publicados anteriormente, ou ainda, simplesmente ler as mensagens publicadas como usuários despreziosos.

Seu melhor proveito, no entanto, é relacionado à alimentação constante dos atores políticos envolvidos, na medida da disposição em se buscar tais interações. Nesse contexto, outras inspirações são essenciais visando a expansão e o conhecimento mais amplo dessa iniciativa e dos modos de operá-la, implicando num reposicionamento do papel de seus integrantes mais diretos e do próprio entendimento do papel do voluntariado para o CMI.

Se a base do envolvimento nesse sistema de publicação aberta e nos coletivos do CMI é o voluntariado, a rede que se forma depende necessariamente da disposição das pessoas que nela se envolvem. Sendo assim, a espontaneidade como medida do voluntariado aparece como problema e solução desta prática, na medida em que a dinâmica de fluxos se constitui numa nova concepção do papel da comunicação que implementam em suas atividades.

Na prática cotidiana do CMI pode-se perceber como é possível promover comunidades de compartilhamento social preservando a espontaneidade como valor, na medida em que se afirmam nas características do hipertexto, refletidas na constante reterritorialização dos novos movimentos sociais, cuja dinâmica nos processos de rede se apreende a partir de iniciativas que contribuem cada vez mais para sua dinamização.

Essa particular concepção de comunicação que possuem faz do CMI uma contribuição importante no cenário contemporâneo dos movimentos pela democratização da comunicação e pela afirmação do direito à comunicação, embora não primem por tomar posições generalizantes em torno de temáticas que configuram a pauta desses movimentos.

O agenciamento de ativistas integrados no processo de produção pelo CMI pode ser apropriado ou replicado por outros movimentos. E aí afirma-se sua verdadeira contribuição: mostrar que a ação direta no campo comunicacional é tão possível quanto desejável, diante do estranhamento em relação a uma nova cultura que inspira mudanças de perspectiva política especialmente em relação ao tempo e à disposição para o conhecimento e a ação.



O viés comunitário na produção midiática que implementam tem como motor o resgate ao espírito de afinidade e pertença, na intensidade do que foi apresentado nas primeiras linhas dessa pesquisa, tornando-se uma tarefa mais do que fundamental bem como bastante complexa, até mesmo diante do inevitável e bem-vindo crescimento dos coletivos e, por conseqüência, do próprio CMI. Ingrediente fundamental para alcançá-la o CMI tem para isso: material humano capaz de se aprimorar com base em suas próprias conclusões e ações.

O papel do CMI, no entanto, é constituir, a partir da ação direta que implementam, alternativas de democratização na comunicação cada vez mais conscientizadoras, integradas e compartilhadas, e nenhuma outra contribuição poderia ser tão mais adequada do que participar e se envolver em suas atividades do âmbito local ao global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNISON, Matthew. **Open publishing is the same as free software**. Publicado em março de 2001. Disponível em: <http://www.cat.org.au/maffew/cat/openpub.html>. Acesso em: 29/11/2004.

CABRAL, Adilson. **Um mito de concreto**: pistas para um movimento pela democratização da comunicação. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/mitocon.htm>. Acesso em: 04/01/2005.

_____ e CABRAL, Eula D. T. **Começar de novo**: sobre o controle público como perspectiva para o modelo brasileiro de televisão digital. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/denovo.htm>. Acesso em: 01/11/2004.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

CRITÉRIOS de Filiação à Rede CMI Global. Indymedia.Local, publicado em 26/10/2003. Disponível em: [http://docs.indymedia.org/view/Local/CriteriosDeFiliacao Global](http://docs.indymedia.org/view/Local/CriteriosDeFiliacao%20Global). Acesso em: 24/10/2004.

DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DOWNING, John D.H. **The Seattle IMC and the socialist anarchist tradition**. Disponível em: <http://www.ourmedianet.org/papers/om2001/Downing.om2001.pdf>. Acesso em: 30/10/2004.

HALLECK, DeeDee. **Indymedia: Building an international activist Internet network**. Disponível em: <http://www.wacc.org.uk/modules.php?name=News&file=article&sid=240>. Acesso em: 30/10/2004.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem mudar o poder**. São Paulo, Viramundo, 2003.

INTRODUÇÃO e informações básicas para a formação de um novo CMI. Indymedia.Global, 09/04/2004. Disponível em: <http://docs.indymedia.org/view/Global/NewIMCFormPt>. Acesso em: 10/10/2004.

JAMESON, Frédéric. **Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

JOHNSON, Steven. **Emergência: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.



- KIDD, Dorothy. **The Independent Media Center**: A new model. Disponível em: <http://www.wacc.org.uk/modules.php?name=News&file=print&sid=239>. Acesso: 30/10/2004.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1995.
- LUDD, Ned (org.). **Urgência das ruas**: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global. São Paulo, Conrad, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MELO, José Marques de e SATHLER, Luciano (orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação (orgs)**. São Bernardo do Campo, Metodista, 2005.
- MILBERRY, Kate. **Indymedia as a Social Movement?** Theorizing the New Global Justice Movements. Publicado em dez. de 2003. Disponível em: <http://docs.indymedia.org/twiki/pub/Global/ImcEssayCollection/IndymediaasaSocialMov.pdf>. Acesso em 30/10/2004.
- MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- ORTELLADO, Pablo. **Origen del Movimiento Indymedia en Brazil**. Disponível em: http://www.ourmedianet.org/papers/om2003/Ortellado_OM3.pdf. Acesso em: 23/10/2004.
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis, Vozes, 1998.
- PARTICIPAÇÃO de indivíduos num grupo que se organiza por consenso**. CMI-BH.Lista, 2002. Disponível em: <http://archives.lists.indymedia.org/cmi-bh/2002-April/000021.html>. Acesso em: 23/10/2004.
- PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- POLÍTICA Editorial do CMI Brasil**. CMI-Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>. Acesso em: 06/11/2004.
- PRINCÍPIOS de união da Rede CMI global**. Indymedia.Local, 20/08/2003. Disponível em: <http://docs.indymedia.org/view/Local/PrincipiosDeUniaoGlobal>. Acesso: 24/10/2004.
- RAMOS, Murilo César. **Às Margens da Estrada do Futuro**: comunicações, políticas e tecnologia. Brasília, EDUnB, 2000. Livro eletrônico Disponível em: <http://www.unb.br/fac/publicacoes/murilo/> Acesso em: 12/12/2004.
- RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs**: the next social revolution. Cambridge, Perseus Books, 2003.
- SHUMWAY, Christopher A. **Democratizing communication through community-based participatory media networks**: a study of the independent media center movement. Disponível em: <http://chris.shumway.tripod.com/papers/thesis.htm>. Acesso em: 30/10/2004.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- UZELMAN, Scott. **Catalyzing participatory communication**: Independent Media Centre and the politics of direct action. Disponível em: <http://ender.indymedia.org/twiki/pub/Vancouver/HistoryofVanIMC/Thesis-complete.pdf>. Acesso em: 30/10/2004.
- VÁRIOS AUTORES. **The IMC - A New Model**: Don't hate the media, be the media. Disponível em: <http://www.hedonistpress.com/pdfs/v1.1.pdf>. Acesso em: 30/10/2004.
- UNESCO. **Um mundo e muitas vozes**: comunicação e informação na nossa época. Comissão internacional para o estudo dos problemas de comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1983.